

MAIS CRÉDITO E MENOS JUROS PARA O BRASIL

O Bank of America promete mais empréstimos e diz que os juros cairão abaixo de 10% ao ano

Reafirmando os prognósticos feitos por diversos banqueiros norte-americanos, o presidente do conselho de administração do maior banco privado do mundo, o Bank of America, Leland Prussia, disse ontem, em Brasília, que, no próximo ano, a *prime rate* (taxa de juros preferencial nos EUA) será inferior a 10%.

Além disso, o dirigente do Bank of America — o terceiro maior credor do Brasil — garantiu que sua instituição diferencia o Brasil dos demais países latino-americanos em dificuldades financeiras e prometeu que em 83 continuará emprestando ao País a mesma quantia de recursos, ou até mais, em comparação aos créditos concedidos no ano passado e neste.

Outra boa notícia foi dada pelo representante do Bank of America no Brasil, Joel Korn. Depois de entrevistar-se com o ministro Delfim Neto, do Planejamento, junto com Leland Prussia e o vice-presidente executivo do banco, William Young, ele garantiu que "foi bem recebida" pelo banco a informação de que o governo tomará, em 1983, medidas para reduzir a dependência do crédito externo.

Ele explicou que o Bank of América vem mantendo reuniões e contatos com autoridades e empresários sobre a conjuntura econômica atual, e mostra-se interessado em conhecer as repercussões das medidas de restrição que o governo anunciará em breve no desenvolvimento do País, em particular na sua capacidade de captação de empréstimos no Exterior.

Segundo Korn, os representantes do mercado identificam uma diferença substancial entre o Brasil e o México, assinalando que a administração da dívida externa brasileira é feita com bastante competência e com cuidados especiais para evitar uma concentração de vencimentos a curto prazo.

Prussia, por sua vez, também disse acreditar na "seriedade e responsabilidade" das autoridades brasileiras em executarem o severo programa de rápido ajustamento do balanço de pagamentos, o qual prevê, segundo o próprio banqueiro enumerou: continuado declínio da inflação; drástica redução do déficit público; austero controle das pressões das estatais sobre as importações, e consequentemente redução dos investimentos

governamentais; e obtenção de um grande superávit na balança comercial. Ele não quis fazer qualquer previsão numérica dessas metas, mas considerou "razoável" a obtenção de um superávit de cinco a seis bilhões de dólares na conta de comércio, em 1983, tendo em vista "as premissas que estão sendo adotadas, com o corte das importações e total apoio às exportações".

Os três representantes do banco norte-americano almoçaram ontem com o ministro da Fazenda, Ernane Galvães, o secretário-geral do Ministério do Planejamento, Flávio Pécora, e outras autoridades brasileiras. Prussia disse que a conversa foi "muito franca e ampla", e que nela o ministro expôs a estratégia brasileira para redução da dependência externa e diminuição da inflação, através de um aperto monetário e fiscal. "A conversa foi normal e esclarecedora de um banqueiro com seus devedores" — informou Korn.

A exemplo do que já foi feito no Rio, o dirigente do terceiro maior banco credor do Brasil previu que no próximo ano a *prime rate* será inferior a 10%, nível a que

as taxas chegarão ao final deste ano. Prussia fundamentou suas projeções no fato de os Estados Unidos apresentarem um superávit na conta corrente "bastante grande", estarem com a inflação "bem controlada" e contarem com uma recuperação da economia em nível menor que o esperado. "Neste contexto haverá uma menor pressão do setor público e uma relativa queda da demanda do setor privado por novos empréstimos bancários" — acrescentou.

Prussia, que no início desta semana esteve na Argentina, disse que os bancos internacionais só voltarão a operar normalmente com os países em desenvolvimento, em especial os da América Latina, quando o México e a Argentina reescalonarem suas dívidas, após os acordos que estão negociando com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Ele acredita, porém, que isto ocorrerá em "prazo bem curto". Lembrou que a desaceleração na concessão de empréstimos dos grandes bancos ao Brasil não decorre de uma precaução de suas diretorias, mas que é consequência do retraimento das instituições de pequeno porte.